



SENADO FEDERAL

RECURSO Nº 3 DE 2020

Senhor Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I da Constituição Federal e do art. 91, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 776/2019, *que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física*, deliberado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto estabelece altera a Lei do Imposto de Renda para permitir a dedução da base de cálculo de doações feitas a projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por Instituição Científica e Tecnológica.

Reconhecemos o mérito da proposta; no entanto, relevante considerar o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei complementar 101/2000, especificamente seus arts. 14 e 17 que dispõem acerca da obrigatoriedade de ser realizado estudo de impacto orçamentário e financeiro e demonstrada a origem dos recursos para seu custeio, conforme pode ser verificado em sua redação a seguir:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra **renúncia de receita** deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois

Recebido em 19 / 02 / 2020
Hora: 18:20

Chico Geronzi Dias Junior
Matrícula: 29851 SLSF/SCII



SF20562.14112-41 (LexEdit)

Página: 1/3 11/02/2020 13:50:02

8e63eb03c5648205683a457b0f672012a6b2bc50

seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - **estar acompanhada de medidas de compensação**, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

.....
“Art. 17. **Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente** derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput **deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.**

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, **ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.**

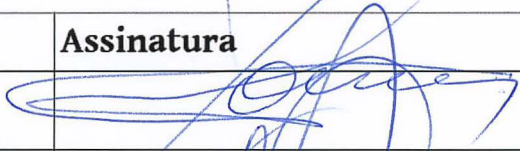
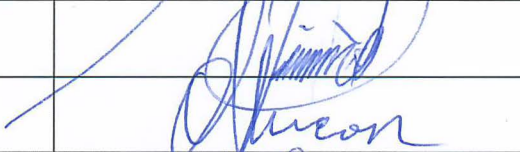
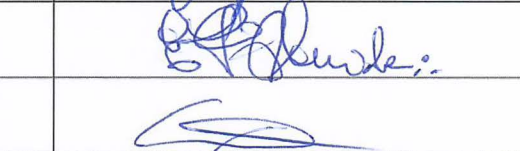
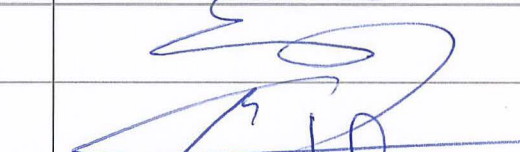
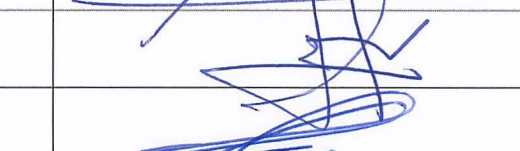
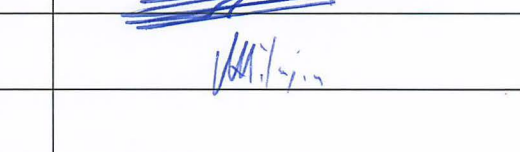
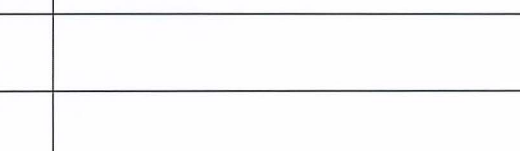
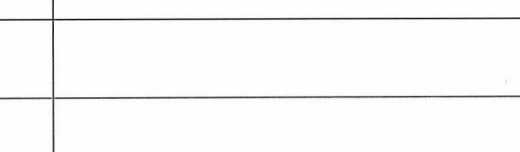
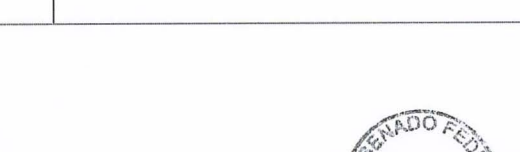

Desta forma, entendemos que tal matéria deve ser objeto de melhor discussão e deliberação por esse R. Plenário do Senado Federal, especialmente no que concerne a seus impactos orçamentários e financeiros, bem como acerca das medidas compensatórias.



Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I da Constituição Federal e do art. 91, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 776/2019, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos,...

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2020.

Senador Fernando Bezerra Coelho
(MDB - PE)
Líder do Governo no Senado

Nome do Senador	Assinatura
EDUARDO GOMES	
TERMAÍRIO ALTA	
OTTO ALMEIDA	
ELIANO FERREIRA	
STYVENSON VALENTIM	
EDMUNDO GOMES	
ÂNGELO CORONEL	
E. AMIN	
Jorgeinho Mello	
Antônio Amílcar	

SF/20562.14112-41 (LexEdit)

Página: 3/3 11/02/2020 13:50:02

8e63eb03c5648205683a457b0f672012a6b2bc50

